



Política



ZOOM / ACABARA AGORA ES



PASSOS VS TC. M-SE OS OVOS, COLHEM-SE AS ARMAS

Em tempos de crise todos ralham e quem tem razão?

Depois do chumbo do Constitucional ao diploma da requalificação de funcionários públicos, Passos Coelho passou a jogar ao ataque e num momento em que falta o "material" para as "galinhas porem ovos", o primeiro-ministro atira com as culpas das dificuldades futuras para o Tribunal Constitucional. Chegou a hora da "guerra" entre governo e juizes. Falta saber quais os bons resultados que já saíram de conflitos

TEXTOS *Liliana Valente*



Terceiro round. Passos em guerra aberta com Constitucional

O primeiro-ministro não esconde o desagrado pelos chumbos (três) do TC. Outras avaliações se seguirão, mas a guerra foi declarada

LILIANA VALENTE
liliana.valente@ionline.pt

Acabaram-se os paninhos quentes e a conversa encriptada entre o governo e o Tribunal Constitucional (TC). Passos Coelho choca de frente com os juizes do TC, não o esconde e já escolheu o seu alvo preferido na rentree politica. O chumbo do diploma de requalificação de funcionários públicos foi a gota de água numa relação de copo cheio. Agora, para influenciar a opinião pública a dias das eleições autárquicas e a ano e meio de legislativas, o primeiro-ministro, versão presidente do PSD, atira a bomba e fala na falta de "bom senso" dos juizes e na "interpretação" da Constituição. Problema: o executivo ainda vai ter várias leis sob a lupa dos juizes do Rattón, que já deram mostras de não gostar de confrontos directos.

A partir de agora, "sem material para fazer ovos", Passos entrou na fase de escolher o TC como adversário politico, mas como o argumento perfeito para desculpar as reformas no Estado que, admite o próprio, tardam (Portas ainda não apresentou o guião para a reforma do Estado prometido primeiro para Fevereiro). E se já garantiu que a resposta a este último chumbo não vai passar por mais reformas estruturais do lado da economia – leia-se sector privado – também é certo que deixou no ar a ideia de que qualquer solução para reparar o veto constitucional terá sempre "um preço mais elevado". Qual? O governo vai preparar muito "rapidamente" o novo diploma de requalificação dos funcionários públicos, tendo como objectivo uma poupança, no próximo ano, de 119



milhões de euros acordada com o FMI.

Mas a tarefa fica agora mais difícil, admitiu Passos Coelho perante uma plateia de jovens sociais-democratas entusiasmados pelo discurso mais agressivo do presidente do partido, ontem, ao início da tarde, em Castelo de Vide. É que Passos, estando num evento partidário, fala de improviso, solta-se na linguagem e aproxima-se do léxico partidário. E terá sido por isso que assegurou que o governo tudo vai fazer para encontrar uma solução – ideia aliás já deixada por Paulo Portas um dia antes –, mas que há "certas interpretações" da Constituição que não deixam o governo "seguir esse caminho". "As pessoas sabem por bom senso que não vale a pena estar a tirar ovos de uma galinha que não tem material para os pôr", disse para justificar o facto de as opções para o executivo serem cada vez mais escassas.

Mais do que opções, mais do que a Constituição, é tudo uma questão de interpretação e Passos até admite que agora fica bem difícil explicar à troika com "convic-

ção" que as propostas que apresenta nas avaliações regulares ao programa português são aprováveis no TC. Deixa, no entanto, a certeza de que o governo não será "uma barata tonta que à primeira dificuldade muda de estratégia" nem tão pouco será como "os cães a morder a cauda". Traduzindo: Passos vai continuar no mesmo rumo de insistir em reformas do lado do Estado até porque admite que as reformas estruturais no sector privado já foram feitas. As do Estado – devido à interpretação dos juizes que o impediram de cortar salários via suspensão de um dos subsídios aos funcionários públicos e pensionistas e agora de abrir a possibilidade de despedimentos na função pública, via mobilidade especial – estão por isso atrasadas.

A estratégia de ataque à bomba ao Constitucional foi evitada numa primeira parte do mandato, mas a partir do primeiro chumbo, o primeiro-ministro passou a pesar menos nas palavras que dirige aos juizes do TC.

O tiro de partida para a "guerra" ou "con-

Tom de Passos destoa do de Paulo Portas. Vice-primeiro-ministro evitou críticas aos juizes e defende negociação

Novas medidas não vão passar pelo sector privado que, disse o primeiro-ministro, já fez as reformas exigidas

Passos garante que o executivo vai apresentar rapidamente uma revisão da lei da requalificação



Passos fechou ontem a Universidade de Verão com a mira centrada no Constitucional

NUNO VERGA/LUSA

OS CONFLITOS A CHEGAR

Lei de limitação de mandatos. Não é um assunto de governo, mas de partido: o TC ainda vai avaliar as candidaturas de vários candidatos do PSD às autárquicas.

40 horas de trabalho O PS já garantiu que vai pedir a fiscalização sucessiva da lei que alarga o trabalho da função pública para 40 horas semanais.

Convergência dos regimes de pensões. Esta é uma das leis que está a ser tratada com pinças pelo executivo para não ser considerada inconstitucional. Será certamente avaliada pelo TC.

JSD quer rever a Constituição com o PS

Castelo de Vide O líder da JSD, Hugo Soares, desafiou ontem o PS a negociar com os sociais-democratas uma revisão da Constituição. Para o também deputado, "temos um Tribunal Constitucional que é conservador na interpretação que faz da Constituição, é um TC que não interpreta a Constituição aos olhos daquilo que são também os direitos das novas gerações", disse no encerramento da Universidade de Verão. Apesar de Passos ter dito que já não se trata de uma revisão do Texto Fundamental, Hugo Soares acredita que este precisa mesmo de ser alterada até porque acautela "em demasia os direitos adquiridos" e não salvaguarda "os futuros".

flito" – palavras usadas por Passos no discurso que fez ontem na Universidade de Verão – foi lançado logo na sexta-feira quando tentou pôr no TC a culpa por um eventual segundo resgate. Ontem a ameaça foi apenas velada, mas a crítica foi uns decibéis acima. É que para Passos, já não se trata de rever a Lei Fundamental – projecto que levava na bagagem quando chegou à presidência do PSD – até porque os princípios que o TC diz que foram violados existem em qualquer Constituição. Trata-se de interpretações que condicionam: "Quando chega o momento de tomar as decisões que têm um impacto generalizado sobre todos os portugueses, normalmente as dificuldades de natureza constitucional não se colocam. Mas, quando olhamos para o sector Estado em particular, tem sido muito difícil, apesar do momento excepcional, dar um sentido duradouro às reformas", atirou. Mas foi outra a pergunta que ficou no ar depois de Passos terminar o discurso de 50 minutos: "Já alguém se lembrou de perguntar aos mais de 900 mil desem-

pregados no país de que lhes valeu a Constituição até hoje?", questionou. Perguntou-se.

VICE CAUTELOSO As agulhas entre Passos e Portas estão, no entanto, viradas para estratégias diferentes. O líder do CDS tinha falado no dia anterior e preferiu a cautela nas palavras até porque, defendeu, "o governo nunca está dispensado do trabalho de negociação e concertação". Portas não alinhou na crítica directa e preferiu garantir o empenho do governo nas negociações com a troika, ou não tivesse sido ele a ficar com a pasta política de falar directamente com o FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, por despacho do primeiro-ministro assinado na semana que passou. O teste ao jogo de cintura político do vice-primeiro-ministro começa já este mês quando tiverem início as duas avaliações da troika, enquanto no interior do governo se finaliza o Orçamento do Estado para 2014 com medidas que irão parar ao Constitucional (ver ao lado).